



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF  
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEGEDAM  
SUPERVISÃO DE SELEÇÃO E GESTÃO DE ESTÁGIOS - SUSEL

ID	Cláusula / Item	Questionamento / Pedido de ajuste	Resposta do CONTRATANTE
1	<p>Termo de Referência</p> <p>1. DEFINIÇÃO DO OBJETO</p> <p>1.1. Contratação de instituição credenciada como “Agente de Integração” para operacionalização plena de estágio de estudantes que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação de nível médio, superior e pós-graduação, para atendimento às demandas nas Unidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF)</p>	<p>O Termo de referência descreve a contratação de estudantes de Pós Graduação, mas considerando que algumas Instituições de Ensino de nível superior não preveem o estágio para estudantes de pós- graduação, solicitamos ajustarem a redação incluindo a condição que preserve o órgão e a vencedora do certame acerca de impossibilidade de formalização do Termo de Compromisso de Estágio, nos casos em que uma Instituição de Ensino não permitir a realização de estágio nessa modalidade no seu respectivo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) a qual o candidato estiver vinculado.</p> <p>Propomos a inclusão do seguinte item na minuta de contrato</p> <p>“Para os candidatos de nível superior em pós-graduação aprovados para contratação, o estágio somente poderá ser formalizado desde que esteja previsto na Proposta Pedagógica do Curso da Instituição de Ensino e que a mesma autorize o estágio e que tenha ou formalize convênio com o Agente de Integração vencedor do certame. Caberá ao candidato selecionado, a responsabilidade de verificar com a sua própria Instituição de Ensino a possibilidade do estágio diante do seu respectivo curso, solicitando à mesma a declaração de autorização.”</p> <p>Estão de acordo?</p>	<p>Não se aplica.</p> <p>A contratação de estagiários de pós-graduação estará condicionada à observância da legislação vigente e à adesão da Instituição de Ensino à formalização do Termo de Compromisso de Estágio. Caso a Instituição de Ensino, por qualquer motivo, recuse-se a firmar o referido termo – inclusive por inexistência de previsão de estágio no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) – tal fato não enseja responsabilidade do órgão contratante nem do agente de integração.</p> <p>A exigência de apresentação prévia de declaração de autorização pela Instituição de Ensino, como condição para a participação no processo seletivo ou formalização da contratação, além de burocratizar indevidamente o fluxo de admissões, transfere ao estudante uma responsabilidade que não lhe compete nesse momento do processo. Ademais, o Termo de Referência já prevê as condições necessárias para a efetivação do estágio, nos termos da Lei nº 11.788/2008 e da Resolução 282/2015- TCDF.</p> <p>Portanto, eventuais recusas por parte das Instituições de Ensino serão tratadas como impedimentos individuais, sem repercussão contratual ou necessidade de ajuste na minuta.</p>
2	<p>10.2. A CONTRATADA encaminhará, a partir do recebimento do relatório de fechamento da folha de estágio, em até um dia útil, a fatura/nota fiscal (documento de cobrança) pertinente aos serviços de Agente de Integração, constando em anexo um relatório nominal dos estagiários com os valores discriminados do repasse a ser realizados por estagiários, para conferência e ateste por parte do fiscal do contrato</p>	<p>Para melhor atendimento do item, pedimos a dilação do prazo para 72 horas úteis.</p>	<p>O pleito não se aplica.</p> <p>O prazo de um dia útil, previsto no item 10.2 do Termo de Referência, para envio da fatura/nota fiscal, juntamente com o relatório nominal dos estagiários, reflete a prática já adotada atualmente e encontra-se em consonância com a rotina operacional necessária para assegurar a tempestividade dos pagamentos, tanto ao agente de integração quanto aos estagiários.</p> <p>Destaca-se que, no momento do envio do relatório de fechamento da folha, os dados referentes à quantidade de estagiários e aos valores das bolsas já terão sido informados pelo contratante. Contudo, compete à contratada realizar a conferência, validação e consolidação dessas informações, responsabilizando-se pela exatidão dos valores indicados na fatura e no relatório anexo. Essa etapa é essencial para garantir a confiabilidade dos dados que embasarão o pagamento, não se tratando de mero repasse automático de informações.</p> <p>A ampliação do prazo para 72 horas úteis comprometeria o fluxo regular de pagamentos e a previsibilidade para os estagiários, além de representar um retrocesso em relação ao nível de eficiência já praticado atualmente.</p>

3	<p>10.4. O repasse dos valores pertinentes aos estagiários e o pagamento dos valores referente aos serviços prestados será efetuado pelo TCDF por meio de ordem bancária, no banco a ser indicado pelo agente de integração, em até 15 (quinze) dias úteis, contados da data da apresentação do documento de cobrança, devidamente atestado pelo setor competente.</p> <p>"1.5. O TCDF repassará, mensalmente, à CONTRATADA o valor nominal referente à taxa de administração (despesas decorrentes do programa de Agente de Integração de Estágio) e as quantias correspondentes à bolsa estágio, ao recesso remunerado e ao auxílio-transporte.</p> <p>1.5.1. A CONTRATADA deverá efetuar, no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a data da emissão da ordem bancária em seu favor, os créditos dos valores referentes a bolsa estágio, recesso remunerado e do auxílio-transporte na conta dos estagiários.</p> <p>"</p>	<p>Gostaríamos de destacar a importância de estabelecer uma data fixa para o repasse da bolsa e do auxílio-transporte aos estagiários. A definição de uma data fixa oferece aos estagiários previsibilidade, permitindo que planejem suas finanças de forma mais eficaz. Na execução do contrato poderá ser criado em conjunto com as partes um controle do fluxo/cronograma de pagamento?</p>	<p>Não é possível estabelecer data fixa para repasse da bolsa-estágio, do auxílio transporte. O fechamento da folha, por parte do contratante, ocorre no último dia do mês, se for útil, ou no primeiro dia útil subsequente. Em razão disso, existe variabilidade nessa etapa do processo de pagamento, o que impede de fixar data para repasse dos valores. O item deve ser mantido, respeitando-se o prazo de cada etapa que compõe o processo de pagamento.</p>
4	<p>13.3. Nos termos dos Art. 1º, caput, e §4º, Art. 3º, e Art. 35 todos do Decreto nº 43.982, de 05 de dezembro de 2022, os contribuintes do ISS por ocasião da prestação do serviço que realizar, deverão utilizar a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) para fatos geradores a partir de 1º de janeiro de 2023.</p> <p>13.9 Nos termos da Lei Distrital nº 5.319/2014, o contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ainda que imune ou isento, cuja sede, ou matriz econômica, seja estabelecida em outra unidade da federação, sem filial no Distrito Federal, mas que, por força de contrato, convênio ou termo, vise à prestação de serviços no Distrito Federal, em caráter permanente ou temporário, fica obrigado a inscrever-se no Cadastro Fiscal do Distrito Federal - CF/DF.</p>	<p>Tendo em vista que alguns agentes de integração possuem isenção tributária devido a sua natureza jurídica, antes das referidas retenções solicitamos, por gentileza, que haja prévia comunicação para que a contratada comprove sua imunidade tributária, é possível?</p>	<p>Ainda que alguns agentes de integração sejam imunes ou isentos de ISS em razão de sua natureza jurídica, tal condição deve ser previamente comprovada por meio de documentação fiscal válida, com reconhecimento formal pela Secretaria de Fazenda do DF e vínculo com o respectivo cadastro no CF/DF, conforme exigido pela Lei Distrital nº 5.319/2014 e pelo Decreto nº 43.982/2022. Assim, Qualquer imunidade ou insenção deve constar na nota fiscal a condição, e deve acompanhar demais documentos comprobatórios exigidos legalmente</p>
5	<p>13.4 Para que seja efetivado o pagamento, deverá ser verificada previamente a regularidade da empresa perante as Fazendas do Distrito Federal e Nacional, a Caixa Econômica Federal (quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS), e a Justiça do Trabalho (por meio da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT). Nesse sentido, é necessária a apresentação das Certidões Negativas de Débitos, emitidas pelos respectivos órgãos, em plena validade, caso as certidões apresentadas na habilitação estejam vencidas.</p>	<p>Disponibilizamos os comprovantes de regularidade fiscal (certidões) no portal do CIEE, onde a contratante terá fácil acesso para consultá-los. Isso atende ao solicitado?</p>	<p>Não atende. A disposição editalícia pretende obter uma ação ativa do agente integrador quanto às certidões. Para atendimento, os documentos citados devem ser enviados ao Contratante juntamente com a fatura e a nota fiscal, por ocasião dessa etapa do processo de pagamento.</p>
6	<p>2.2. MOTIVAÇÃO</p> <p>2.2.1. Razões de direito:</p> <p>2.2.1.3.1. Realizar o dimensionamento de vagas, recrutamento, seleção, contratação, acompanhamento e avaliação de estudantes estagiários.</p>	<p>Questionamos se o item poderá ser atendido conforme procedimento abaixo?</p> <p>Disponibilização de banco de dados para triagem sistêmica de candidatos às vagas com o posterior encaminhamento dos candidatos, realizado a partir de um perfil OBJETIVO traçado pelo órgão (como: curso, semestre, conhecimentos de informática dentre outros), possibilitando o acompanhamento das vagas disponíveis e visualização dos currículos no site através de acesso exclusivo ao contratante. Sendo o órgão responsável por realizar as entrevistas individuais (perfil subjetivo) dos candidatos.</p>	<p>O Contratante realiza seu próprio processo seletivo, por meio de análise curricular e entrevista. Caberá ao agente integrador, nesse contexto, captar currículos dentro das especificações dadas pelo Contratante, quando houver essa necessidade de captação.</p>
7	<p>5.3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA</p> <p>5.3.10. Responsabilizar-se pelas despesas referentes a tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, transportes, embalagens, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do ajuste;</p> <p>"Minuta de Contrato</p> <p>CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR</p> <p>5.3 Todas as despesas com os tributos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto deste contrato, correrão por conta da CONTRATADA.</p> <p>"</p>	<p>Gostaríamos de esclarecer que as obrigações mencionadas no item 5.3.10 incidem exclusivamente sobre os colaboradores da contratada, correto?</p> <p>Ressaltamos que o estágio não gera vínculo empregatício junto à contratada ou contratante, desde que sejam respeitadas as disposições da legislação vigente. Dessa forma, destacamos que, havendo reivindicações, demandas ou queixas trabalhistas, a parte que efetivamente desvirtuou o programa de estágio deverá responder por tais questões. Estão de acordo?</p>	<p>Em relação à duvida do item 5.3.10, esclarecemos que sim, refere-se aos colaboradores da contratada. Já em relação à dúvida seguinte, que questiona a responsabilidade por eventuais reivindicações, destacamos que, de fato, a responsabilidade é da parte que desvirtuou o programa. Isso, porém, não desincumbe o agente integrador de, na forma prevista no contrato, prestar assistência jurídica ao Contratante, inclusive alertando-o quanto a eventuais riscos de alguma conduta que possa parecer em desacordo com a legislação.</p>
8	<p>5.3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA</p> <p>5.3.2. Responder, integralmente, pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do ajuste, não sendo excluída ou reduzida essa responsabilidade devido a fiscalização ou o acompanhamento empreendido pelo CONTRATANTE;</p>	<p>Ressaltamos que o estágio não gera vínculo empregatício com o agente de integração, dessa maneira a contratada será responsabilizada pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não sendo responsável pelas ações dos estagiários, correto?</p>	<p>Tal qual prevê o item, a responsabilidade diz respeito a danos causados por sua culpa ou dolo. Nesse sentido, caso algum estagiário causa dano por culpa ou dolo da contratada, como por uma orientação incorreta, será possível a responsabilização.</p>

9	<p>ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</p> <p>1. DESCRIÇÃO DO OBJETO</p> <p>1.2. A CONTRATADA deverá gerenciar os estagiários, que estejam estagiando no TCDF, adotando todas as providências, inclusive no que tange à contratação de seguro contra acidentes pessoais, até o término do Termo de Estágio vigente ou dispensa dos estudantes pelos respectivos supervisores.</p> <p>1.2.1. A CONTRATADA tem o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do início da vigência do contrato, para apresentar a respectiva apólice pertinente aos estagiários ativos, sob pena de multa de mora, por dia de atraso.</p>	<p>Referente ao Seguro de Acidentes Pessoais, este agente de integração disponibiliza aos estagiários seguro com o valor praticado pelo mercado, onde os estagiários estão contemplados em uma apólice de seguro coletiva que pode ser acessada através do nosso site/portal, tanto pelo estagiário quanto pelo órgão, sem ônus para ambos. Desta forma, atende ao pedido no item?</p>	<p>Sim, desde que haja menção expressa ao seguro no TCE e seus Termos Aditivos, bem como haja comunicação expressa aos estagiários contratados e ao Contratante, no ato da contratação, acerca de como acessar a apólice de seguro. Além disso, é imprescindível que a CONTRATADA comprove formalmente ao Contratante a existência da apólice vigente e a efetiva inclusão dos estagiários nela, de forma individualizada, conforme exigido no item 1.2.1 do edital.</p>
10	<p>ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</p> <p>3.3. Após a celebração do contrato, a CONTRATADA disponibilizará aos estagiários da CONTRATANTE:</p> <p>3.3.1. Sistema on-line no qual informará (por meio de login e senha de acesso informados no momento da contratação): rendimentos para fins de imposto de renda, comprovação de pagamentos, emissão de declaração de estágio.</p>	<p>Considerando que a Receita Federal é o órgão de maior autoridade para fiscalização tributária no Brasil, e que o mesmo já firmou seu entendimento em interpretação a legislação tributária através das COSIT nº 21 e 186/2020, o qual concluiu que o órgão concedente do estágio, é o competente para lançamento do imposto de renda retido na fonte – DIRF, bem como o responsável pelo informe de rendimentos aos estagiários. Desta feita, o órgão está ciente de que embora o repasse dos pagamentos seja efetuado pelo Agente de Integração, as obrigações de origem tributária devem ser cumpridas pela contratante?</p>	<p>As obrigações tributárias formais, como o lançamento e a transmissão ao eSocial, são de responsabilidade do Contratante. Contudo, conforme o item 3.3.1 do edital, o Agente de Integração deve disponibilizar, em sistema próprio, os dados referentes aos rendimentos pagos, comprovantes e declarações de estágio, visto que detém controle direto sobre os valores repassados mensalmente aos estagiários. Essa obrigação não se confunde com a declaração oficial ao Fisco, mas visa garantir o acesso dos estagiários às suas próprias informações para fins de declaração de ajuste anual junto à Receita Federal, em conformidade com os princípios de transparência e boa-fé contratual.</p>
11	<p>ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</p> <p>3.3.2. Canal de comunicação (Aplicativos de mensagens como o WhatsApp, portal na internet e E-mail) no qual o estudante deverá ser notificado a respeito de recessos, pendências e renovações contratuais, declarações, entre outros, observando o prazo mínimo de 20 (vinte) dias antes dos prazos estabelecidos.</p>	<p>Sendo disponibilizado sistema para que a concedente realize o controle do período de recesso dos estagiários e marcação do período, não sendo possível realizar a impressão de comprovantes no sistema para assinatura do estagiário e seu supervisor, atenderá ao solicitado no subitem acima?</p>	<p>Não atenderá. O subitem prevê ação ativa por parte do agente integrador quando se refere ao canal de comunicação e ao envio de mensagens ao estudante e ao Contratante. A simples disponibilização de sistema não garante que a comunicação de fato ocorrerá, razão pela qual é necessária a intervenção do agente integrador.</p>
12	<p>ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</p> <p>5.10. Encaminhar, ao fim do contrato de forma digital, todos os Termos de Compromisso de Estágio ativos, bem como seus respectivos prazos de vigência e demais documentos.</p>	<p>Solicitamos a gentileza de esclarecer se o item 5.10 do ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, que exige o encaminhamento digital de todos os Termos de Compromisso de Estágio ativos, bem como seus respectivos prazos de vigência e demais documentos, refere-se à migração entre agentes de integração (na ocasião de um novo contrato). Em caso afirmativo, propomos o envio de uma planilha contendo as informações constantes no TCE, em substituição aos arquivos. Esse formato atende aos senhores?</p>	<p>A planilha sugerida atende ao disposto no edital e à necessidade do Tribunal.</p>
13	<p>ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</p> <p>5.12. Controlar e informar ao TCDF os vencimentos dos Termos de Compromisso de Estágio, inclusive os desligamentos em virtude do término do período máximo de estágio, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, para as providências de substituição ou prorrogação conforme o caso.</p>	<p>Com a disponibilização de um sistema informatizado de autoatendimento que permita o acompanhamento dos vencimentos dos Termos de Compromisso de Estágio de forma automatizada e precisa, com todas as informações relevantes, inclusive os desligamentos, sendo disponibilizadas de maneira ágil e acessível através de login e senha dos próprios supervisores, é possível o atendimento do item?</p>	<p>Não atenderá. O subitem prevê ação ativa por parte do agente integrador quando se refere ao canal de comunicação e ao envio de mensagens ao estudante e ao Contratante. A simples disponibilização de sistema não garante que a comunicação de fato ocorrerá, razão pela qual é necessária a intervenção do agente integrador. Ademais, não faz parte das atribuições institucionais dos supervisores o controle dos contratos.</p>
14	<p>ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</p> <p>5.13. Providenciar, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência da prorrogação do estágio, os documentos necessários, como a declaração de matrícula na instituição de ensino, relatórios de estágio, cópia de documentos pessoais, entre outros.</p>	<p>Este agente de integração solicita apenas os documentos necessários para a prorrogação do contrato, como a declaração de matrícula ou histórico escolar, visto que os demais documentos são solicitados no início do contrato. Estão de acordo?</p> <p>Em relação ao relatório de estágio, disponibilizamos ferramentas de gestão online para que a contratante/supervisor de estágio realize as obrigações previstas em lei. Cabe ao supervisor preencher o relatório em conjunto com o estagiário. Após o preenchimento, uma via deve ser destinada ao estagiário para apresentação na instituição de ensino.</p> <p>Esse formato atende aos senhores?"</p>	<p>As considerações e sugestões atendem ao edital e às necessidades do contratante.</p>
15	<p>ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</p> <p>5.14. Exigir dos estagiários a apresentação periódica de relatório de atividades de estágio.</p>	<p>A disponibilização de ferramentas de gestão online para que a contratante/supervisor de estágio realize as obrigações previstas em lei, tendo em vista que cabe ao supervisor o preenchimento em conjunto com o estagiário, após o preenchimento, uma via deve ser destinada ao estagiário para apresentação na INSTITUIÇÃO DE ENSINO, isso atende aos senhores?</p>	<p>A sugestão atende ao edital e às necessidades do contratante.</p>

16	<p>ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</p> <p>5.17. Informar ao CONTRATANTE, imediatamente, sobre qualquer alteração acadêmica do estudante que tenha impacto na realização do estágio.</p>	<p>Solicitamos a inclusão da condição de que a contratada informará qualquer alteração na situação escolar do estagiário, SEMESTRALMENTE e/ou DESDE QUE informada pela Instituição de Ensino ou pelo Estudante.</p>	<p>Não acatado. O item 5.17 do edital prevê ação proativa e imediata por parte do agente de integração, com o objetivo de garantir o efetivo acompanhamento da situação acadêmica do estagiário, independentemente da frequência semestral das alterações ou da iniciativa da instituição de ensino ou do estudante.</p> <p>Trata-se de uma obrigação contratual ativa, que visa proteger a regularidade do estágio e o cumprimento dos requisitos legais previstos na Lei nº 11.788/2008, especialmente quanto à manutenção do vínculo acadêmico. Ressaltamos, no entanto, que, na prática, tais alterações ocorrem, em sua maioria, a cada semestre. Ainda assim, a responsabilidade pela informação tempestiva recai sobre a contratada, devendo adotar medidas de monitoramento eficaz junto às instituições de ensino e aos estagiários para que eventuais mudanças sejam prontamente comunicadas ao Contratante.</p>
17	<p>ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</p> <p>5.2. Substituir, a pedido do TCDF, os estagiários que não consigam adequar-se às normas reguladoras do programa de estágio e às atividades que lhe forem atribuídas pelo supervisor de estágio.</p> <p>5.3. Entrar em contato com os estudantes selecionados no prazo máximo de 1 (um) dia útil, para coletar os dados necessários à confecção do Termo de Compromisso de Estágio (TCE) e do Plano de Atividades (PA); Não atendemos ao item devido ao nosso SLA de atendimento ser de 72h úteis.</p> <p>5.3.1. O prazo acima estipulado, também se aplica no momento da renovação, para confecção do Termo Aditivo (TA); Não atendemos ao item devido ao nosso SLA de atendimento ser de 72h úteis.</p> <p>5.3.2. O agente integrador deverá realizar contato telefônico, enviar mensagem por aplicativo de mensagens de textos instantâneos como o WhatsApp e demais meios que entender necessário para que os procedimentos de contratação ocorram dentro dos prazos estabelecidos.</p>	<p>Sr. pregoeiro para melhor atendimento do item, pedimos a dilação do prazo para 72 (setenta e duas) horas úteis</p>	<p>A sugestão não deve ser acolhida. Um prazo de 72 horas úteis significaria mais de 7 dias, considerando que o período entre 19h e 8h da manhã não são úteis. Além disso, ressaltamos que o item trata meramente do contato do agente integrador para com o estudante, não do término da contratação. Por fim, a dilação do prazo, na forma solicitada, impactaria de tal forma as contratações que, a depender da instituição de ensino, poderia acontecer de uma contratação demorar até um mês para ocorrer, o que não é razoável nem para o estudante nem para o Tribunal.</p>
18	<p>ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</p> <p>5.23. Disponibilizar, na modalidade presencial ou à distância, oficinas de capacitação para os estagiários.</p> <p>5.23.1. A CONTRATADA deverá realizar, pelo menos uma vez por ano, palestra de cunho educativo, com todos os estagiários.</p>	<p>A disponibilização de Plataforma disponibilizando cursos para capacitação dos estagiários, sendo mais de 30 cursos on-line, com emissão de certificado e acompanhamento de tutoria. Questionamos se esse curso virtual atende o solicitado?</p>	<p>A parte quanto à capacitação é atendida pela disponibilização dos cursos. Isso, porém, não descumbe o agente integrador de, anualmente, conforme solicitação do Contratante, para a realização de palestra presencial de cunho educativo.</p>
19	<p>ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</p> <p>5.4. Confeccionar Termo de Compromisso de Estágio (TCE) e o Plano de Atividades, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a partir do contato com o Estudante. Não atendemos ao item devido ao nosso SLA de atendimento ser de 72h úteis.</p> <p>5.4.1. Caso o estagiário não encaminhe a documentação dentro do prazo previsto, deve o agente integrador comunicar o fato à Supervisão de Seleção e Gestão de Estágios – SUSEL e solicitar a dilação do prazo inicial. Para atendimento diferenciado do que ocorre na Central de Operações, é necessário que haja a contratação de recurso para o órgão.</p> <p>5.4.2. Confeccionar Termo de Compromisso para o servidor do TCDF ou empregado terceirizado, a serviço do TCDF, que tenham interesse em realizar o estágio obrigatório curricular, sem ônus ao CONTRATANTE. OK</p>	<p>Sr. pregoeiro para melhor atendimento do item, pedimos a dilação do prazo para 72 (setenta e duas) horas úteis</p>	<p>A sugestão não deve ser acolhida. Um prazo de 72 horas úteis significaria mais de 7 dias, considerando que o período entre 19h e 8h da manhã não são úteis. Além disso, a confecção do TCE e do PA, tendo recebidos os dados dos estudantes, é um procedimento mecânico, feito a partir de modelos e outros instrumentos pré-estabelecidos. Por fim, a dilação do prazo, na forma solicitada, impactaria de tal forma as contratações que, a depender da instituição de ensino, poderia acontecer de uma contratação demorar até um mês para ocorrer, o que não é razoável nem para o estudante nem para o Tribunal. De igual forma, ressaltamos que o processo de contratação é uma sequência de atos integrados, em que etapas posteriores podem ser adiantadas desde o recebimento da solicitação de contratação, não sendo necessário que uma etapa esteja totalmente finalizada para que a outra comece e assim sucessivamente.</p>
20	<p>ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</p> <p>5.5. Lavrar e disponibilizar ao TCDF formulário cadastral do estagiário contendo todos os dados pessoais.</p>	<p>Este agente de integração disponibiliza os dados do estudante através do Termo de Compromisso de Estágio (TCE), que contém informações como nome, endereço, curso, período de estágio, entre outros. Esse formato atende ao solicitado?</p>	<p>A sugestão atende ao solicitado.</p>



21	<p>ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</p> <p>5.9. Dar continuidade ao estabelecido nos Termos de Compromisso de Estágio vigentes, por intermédio da portabilidade.</p>	<p>Solicitamos a gentileza de nos informar quantos contratos de estágio estão ativos atualmente?</p>	<p>Conforme disposto no edital de licitação, o número de estagiários pode chegar a 178 estudantes. Atualmente, há cerca de 106 estagiários ativos, sendo que o número para portabilidade só pode ser informado quando da assinatura do contrato, pois esse quantitativo é alterado semanalmente em razão de desligamentos e contratações.</p>
22	<p>CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES APLICÁVEIS</p> <p>14.1 A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações, sendo-lhe aplicadas as multas listadas abaixo, calculadas sobre o valor da contratação, a saber:</p> <p>14.1.1 - dar causa à inexecução parcial do contrato: multa de 12% (doze por cento);</p> <p>14.1.2 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: multa de 15% (quinze por cento);</p> <p>14.1.3 - dar causa à inexecução total do contrato: multa de 20% (vinte por cento);14.1.4 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: multa de 11% (onze por cento);</p> <p>14.1.5 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a execução docontrato: multa de 25% (vinte e cinco por cento);</p> <p>14.1.6 - praticar ato fraudulento na execução do contrato: multa de 25% (vinte e cinco por cento);</p> <p>14.1.7 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: multa de 15% (quinze por cento);</p> <p>14.1.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: multa de 25% (vinte e cinco por cento).</p> <p>14.1.9 - Nos termos do art. 162 da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, no valor de 0,5% (cinco décimos por cento), por cada dia de atraso, sobre o valor do contrato, não ultrapassando o limite de 9% (nove por cento) sobre aquele valor.</p>	<p>Os percentuais das multas descritas no capítulo 14.1 do edital incidirá apenas sobre o valor da taxa administrativa, correto?</p> <p>Caso a resposta acima seja negativa, solicitamos revisão sobre a redação da cláusula de Multa, onde a base de aplicação se dá sob o valor total do contrato/ pedido.</p> <p>Não estamos discutindo os percentuais definidos para aplicação das eventuais multas, mas a base sobre a qual serão eventualmente aplicadas.</p> <p>Ao se utilizar como base de cálculo o valor total do contrato, a eventual multa incidirá sobre valores que não correspondem à remuneração dos serviços prestados pelo Agente de Integração, pois recairá sobre a bolsa auxílio e auxílio transporte, valores estes que não são retidos pela entidade ou geradores de receita.</p> <p>Sendo assim, solicitamos análise para que seja alterada a redação da cláusula supracitada, para que as eventuais multas incidam apenas sobre o valor previsto como taxa administrativa (serviços efetivamente prestados), ou seja, a taxa efetivamente cobrada pelo Agente de Integração, não incidindo percentual de multa sobre outros valores além da referida taxa, visto que apenas esta taxa corresponde ao ressarcimento dos serviços prestados pela entidade responsável pela capacitação dos estagiários.</p>	<p>As penalidades previstas incidem sobre o valor da contratação, conforme redação do edital. No entanto, ressalta-se que, para fins de aplicação prática, a Administração poderá considerar a proporcionalidade e a natureza da infração, tendo como base a taxa de administração, especialmente quando os valores repassados a estagiários não estiverem relacionados à causa da infração.</p>
23	<p>CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PAGAMENTO</p> <p>13.1 Mensalmente, ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual, a CONTRATADA emitirá Nota Fiscal, bem como Carta Fatura com os valores a serem creditados a título de bolsa de estágio, vale-transporte e demais benefícios, observado o disposto no item 13.1.1 abaixo que, após a devida atestação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA.</p>	<p>Sr. Pregoeiro, os valores repassados para pagamento de salário e vale transporte, não se configuram prestação de serviços, pois são repassados integralmente aos estagiários. Sendo assim, podemos emitir Carta Fatura/Recibo referente aos valores que serão repassados e referente ao pagamento dos serviços prestados (taxa administrativa), podemos emitir Nota Fiscal?</p> <p>Ressalto que o recibo tem sua finalidade básica para a comprovação de um pagamento, já a Nota Fiscal, deverá obrigatoriamente ser fornecida ao tomador do serviço, pois é o documento fiscal que indica a prestação de serviços realizados.</p> <p>Ambos os documentos são indispensáveis para a gestão financeira e para o atendimento à fiscalização tributária.</p> <p>Solicitamos esclarecer se este procedimento atende das exigências da CONTRATANTE.</p>	<p>O procedimetno sugerido atende. Na Fatura devem constar as especificações de valores de cada repasse, como "bolsa-estágio, auxílio transporte, bolsa-recesso etc.", além do valor da taxa administrativa. A Nota Fiscal conterá apenas o valor da taxa administrativa.</p>
24	<p>Lei Geral de proteção de dados</p>	<p>Considerando que o edital não fez menção expressa à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), que é de aplicação obrigatória, e a necessidade de definir os papéis no futuro contrato a ser firmado com o vencedor da licitação, questionamos se a CONTRATADA, sendo vencedora, poderá apresentar uma proposta de adequação das cláusulas após a assinatura do contrato para alinhá-las ao objeto contratado.</p>	<p>A aplicação da lei está prevista em normativos internos do Tribunal, além de previsto na própria LGPD, razão pela qual não foi necessário mencioná-la expressamente.</p>

Minuta de Contrato		
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PAGAMENTO		
25	13.1 Mensalmente, ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual, a CONTRATADA emitirá Nota Fiscal, bem como Carta Fatura com os valores a serem creditados a título de bolsa de estágio, vale-transporte e demais benefícios, observado o disposto no item 13.1.1 abaixo que, após a devida atestação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA. 13.1.1. A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal entre os dias 1º (primeiro) e 10 (dez)do mês seguinte à efetiva execução do objeto, a qual deverá ser entregue ao executor do contrato no prazo máximo de 1 (um) dia útil após emissão;	Para melhor atendimento do item, pedimos a dilação do prazo para 72 horas úteis.
A sugestão não deve ser acolhida. Um prazo de 72 horas úteis significaria mais de 7 dias, considerando que o período entre 19h e 8h da manhã não são úteis. Além disso, tanto a emissão da Nota Fiscal quanto seu envio ao Contratante são procedimentos administrativos simples, que não requerem inovação ou pesquisa e nem dependem de terceiros. Por fim, a dilação do prazo, na forma solicitada, impactaria de tal forma os pagamentos que, a depender do mês em questão, poderia ocorrer uma demora de mais de 20 dias para que os estagiários fossem pagos.		
Minuta de Contrato		
CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA		
26	9.1.4 Ressarcir ao CONTRATANTE quaisquer danos ou prejuízos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos do art. 120 da Lei n o 14.133/2021, em razão da execução do contrato.	Ressaltamos que o estágio não gera vínculo empregatício com o agente de integração, dessa maneira a contratada será responsabilizada pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não sendo responsável pelas ações dos estagiários, correto?
Tal qual prevê o item, a responsabilidade diz respeito a danos causados por sua culpa ou dolo. Nesse sentido, caso algum estagiário causa dano por culpa ou dolo da contratada, como por uma orientação incorreta, será possível a responsabilização.		